

CONV 158/02

WG VI 05

RESUMO

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Governação Económica (Grupo VI)
Assunto:	Resumo da reunião realizada em 20.06.02

Resultados dos trabalhos

1. Abertura pela Presidência

- O Presidente referiu-se às várias propostas apresentadas pelos membros do Grupo, tanto na reunião anterior como subsequentemente, por escrito, no sentido da alteração ou da extensão do mandato do Grupo. Houve acordo no sentido de considerar que todas essas propostas são construtivas e que serão devidamente tidas em conta no decurso dos trabalhos do Grupo. No entanto, não é necessário alterar formalmente o mandato do Grupo.

2. Ponto 5 do mandato

- Verificou-se um amplo consenso no sentido de considerar que deve ser mantida a actual estrutura, segundo a qual a competência exclusiva em matéria de política monetária dentro da "Zona Euro" cabe à Comunidade, através do BCE, e a competência em matéria de política económica cabe aos Estados-Membros.
- Vários membros do Grupo sugeriram que os actuais objectivos do BCE, que consistem em manter a estabilidade dos preços, poderiam ser alargados por forma a ter em conta factores adicionais, tais como a necessidade de garantir o crescimento económico e a criação de emprego. A Reserva Federal dos Estados Unidos foi citada como possível exemplo a seguir.

- Verificou-se um consenso no sentido de considerar que, embora não haja que pôr em causa a actual atribuição de competências, existe margem de manobra para melhorar a coordenação entre as políticas económicas dos Estados-Membros, e que estas deveriam ser definidas de forma mais exaustiva.
- Alguns membros apelaram, em particular, a uma reapreciação dos mecanismos subjacentes aos procedimentos de elaboração das Orientações Gerais das Políticas Económicas e respectiva implementação. Muitos consideraram que a alteração dos actuais procedimentos – no sentido de conferir à Comissão o direito de apresentar propostas formais – faria com que o interesse europeu comum fosse tido em conta de forma mais adequada, e que essa operação deveria ser acompanhada das alterações adequadas e necessárias para manter a legitimidade do sistema. É proposto, designadamente, que o papel do Parlamento Europeu seja reforçado e que se preveja um maior grau de consulta dos parceiros sociais.
- Também foi levantada a questão da legitimidade no interior dos Estados-Membros. Foi sugerido que algumas das alterações propostas aos procedimentos relativos às OGPE não resolverão o problema da falta de empenho dos Estados-Membros em relação ao actual mecanismo de coordenação. Deve igualmente ser abordada a questão do papel a confiar ao público e aos parlamentos nacionais neste processo.

3. Ponto 6 do mandato

- Houve acordo no sentido de considerar que deve ser mantida a actual base jurídica e estrutura do Pacto de Estabilidade e Crescimento, embora se tenha considerado que o Pacto não está a funcionar de forma satisfatória. Alguns membros entendem que o Pacto é actualmente demasiado rígido, e que se pode introduzir uma certa flexibilidade tendo mais em conta a especificidade das condições nacionais e as diferenças entre défices estruturais e conjunturais, e reexaminando regularmente o Pacto. Foi sugerido que a regra de ouro do investimento público seja reconhecida e que se tenham devidamente em conta os custos do envelhecimento da população. Vários membros consideraram que a introdução de um certo grau de flexibilidade no próprio Pacto deve ir a par da aplicação mais rigorosa do mesmo.
- Foi referido que o sistema de determinação da existência de um défice excessivo poderia ser mais independente se a Comissão tivesse o direito de apresentar propostas formais.
- Vários membros sugeriram que o endurecer dos procedimentos deve ser acompanhado de esforços tendentes a assegurar uma maior participação por parte do público e dos parlamentos nacionais no que se refere à observância dos requisitos de disciplina orçamental a nível europeu.
- Foi referido que a eficácia do PEC também depende, em parte, da qualidade e disponibilidade das estatísticas, e que esse elemento se tornará ainda mais importante com o alargamento.

4. Ordem do dia da próxima reunião

- Ficou acordado que o debate sobre estes dois assuntos continuará na próxima reunião, com base num documento sucinto em que serão expostas possíveis posições do Grupo sobre os pontos específicos já tratados.

5. Diversos

- O Presidente propôs que as duas reuniões que o Grupo realizará em Julho sejam consagradas à segunda série de questões constantes do mandato (pontos 7, 8, 9 e 10), e que na reunião de 17 de Julho seja também debatida a questão das audições. Ficou acordado que o Grupo deverá apontar para a realização de audições em Setembro, altura em que já deverá ter chegado – pelo menos – a uma posição inicial sobre todos os grandes temas constantes do mandato.
-